

TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501171824M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

MPU

CARGO:

Cargo T01 – Técnico do MPU – Administração

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

01/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

01/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

MPU – 1º Simulado – Cargo T01 – Técnico do MPU – Administração (Pós-Edital)

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

“A tecnologia, quando usada com responsabilidade, transforma positivamente a sociedade, conectando pessoas e promovendo soluções para problemas globais.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto destaca exclusivamente os efeitos negativos da tecnologia na sociedade.
- (B) a responsabilidade mencionada no texto refere-se apenas ao uso pessoal da tecnologia.
- (C) o texto enfatiza que o uso responsável da tecnologia tem o poder de promover mudanças positivas na sociedade.
- (D) o termo “problemas globais” no texto implica uma visão pessimista sobre o impacto da tecnologia.
- (E) o texto argumenta que a conexão entre pessoas é o único benefício promovido pela tecnologia.

2

“A empatia é a ponte que permite o entendimento mútuo, essencial para construir relações saudáveis e duradouras.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto sugere que a empatia é dispensável em relações baseadas na razão.
- (B) o termo “ponte” foi utilizado em sentido literal, indicando uma estrutura física que conecta pessoas.
- (C) o texto destaca que o entendimento mútuo é suficiente para a construção de relações saudáveis, sem a necessidade de outros fatores.
- (D) a construção de relações saudáveis é atribuída, no texto, à prática de ações solidárias, e não à empatia.
- (E) o texto enfatiza que a empatia é um elemento fundamental para promover entendimento mútuo e fortalecer relações humanas.

3

“Para alcançar o objetivo desejado, é necessário planejar cuidadosamente e executar com precisão.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a estrutura do texto apresenta uma relação de causa e consequência, evidenciada pela sequência lógica entre planejamento e execução.
- (B) o texto apresenta uma relação de oposição entre os termos “planejar” e “executar”.
- (C) a construção do texto é dissertativa, com predomínio de juízos de valor sobre a importância do planejamento.

- (D) a estrutura do texto apresenta repetição de ideias, comprometendo a coesão e a clareza do discurso.
- (E) o texto utiliza uma organização narrativa para expor a importância do planejamento e da execução.

4

“O conhecimento científico avança gradualmente, construindo-se a partir de descobertas anteriores.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto demonstra coesão ao apresentar conectores que indicam oposição entre as ideias.
- (B) a coerência do texto está comprometida pela ausência de um sujeito claro que indique o agente das ações.
- (C) o texto apresenta coesão ao utilizar a expressão “a partir de” para estabelecer uma relação de continuidade entre as ideias.
- (D) a intertextualidade do texto é explícita, pois cita diretamente obras que fundamentam o conhecimento científico.
- (E) a frase carece de coesão, pois as ideias não apresentam uma ligação clara entre o avanço e as descobertas.

5

“A paisagem era deslumbrante: montanhas cobertas de neve refletiam a luz do sol, criando um espetáculo de rara beleza.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto é predominantemente descritivo, pois apresenta características visuais que detalham a paisagem.
- (B) o texto é narrativo, pois relata uma sequência de ações realizadas em um cenário natural.
- (C) o texto é expositivo, pois explica o fenômeno da reflexão da luz em superfícies cobertas de neve.
- (D) o texto é argumentativo, pois defende a ideia de que paisagens naturais são deslumbrantes.
- (E) o texto é injuntivo, pois orienta o leitor a observar e admirar as características da paisagem descrita.

6

“Este medicamento é contraindicado em casos de alergia a seus componentes. Leia a bula antes de utilizar.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto é didático, pois ensina o leitor a utilizar corretamente o medicamento.
- (B) o texto é publicitário, pois busca persuadir o leitor a adquirir o medicamento.
- (C) o texto é propagandístico, pois enfatiza os benefícios do produto sem ressalvas.
- (D) o texto é divinatório, pois prevê possíveis reações adversas ao medicamento.
- (E) o texto é normativo, pois orienta o leitor sobre condições específicas para o uso do medicamento.

7

“As estrelas cintilavam no céu como pequenos diamantes, encantando aqueles que as observavam em silêncio.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto é não literário, pois apresenta informações objetivas sobre a visão das estrelas.
- (B) o texto é literário, pois utiliza linguagem técnica para descrever fenômenos astronômicos.
- (C) o texto é não literário, pois foca exclusivamente em dados concretos sobre o céu estrelado.
- (D) o texto é literário, pois utiliza uma linguagem figurada e estética para criar imagens poéticas.
- (E) o texto é não literário, pois descreve as estrelas sem apelo à subjetividade.

8

“Os estudantes realizaram o projeto com dedicação e alcançaram excelentes resultados.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a frase é composta por coordenação, pois apresenta duas orações conectadas pela conjunção “e”.
- (B) a frase é composta por subordinação, pois uma oração depende sintaticamente da outra para fazer sentido.
- (C) a frase é simples, pois apresenta apenas uma oração com núcleo verbal único.
- (D) a frase é composta por justaposição, pois as orações não possuem conectivos explícitos entre elas.
- (E) a frase é composta por coordenação adversativa, pois apresenta ideias que contrastam entre si.

9

“Com paciência, resolveremos os problemas apresentados no relatório final.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a frase seria incorreta se o adjunto adverbial “Com paciência” fosse deslocado para o final da oração.
- (B) a substituição de “resolveremos” por “resolverão” manteria a concordância verbal e o sentido original da frase.
- (C) o deslocamento de “Com paciência” para o final da oração preserva a correção gramatical e modifica levemente o foco da informação.
- (D) a modificação do verbo “resolveremos” para o infinitivo “resolver” exigiria a eliminação do adjunto adverbial inicial.
- (E) a substituição de “os problemas” por “o problema” é possível sem qualquer impacto na concordância verbal ou no sentido da frase.

10

“Os estudantes que foram à biblioteca, realizaram um excelente trabalho.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a vírgula após “biblioteca” está corretamente empregada, pois marca uma pausa necessária no enunciado.
- (B) a ausência da vírgula após “biblioteca” comprometeria a clareza e a coerência da frase.
- (C) a vírgula após “biblioteca” é obrigatória para destacar o sujeito “os estudantes”.
- (D) o texto apresenta problemas estruturais, pois o sujeito da frase não está claramente identificado.
- (E) a vírgula após “biblioteca” está incorreta, pois separa o sujeito da oração principal do predicado.

11

“Se você quiser, posso ajudá-lo a concluir o relatório ainda hoje.” Com base no uso da pontuação no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a vírgula após “quiser” está corretamente empregada, pois separa a oração subordinada condicional da principal.
- (B) a vírgula após “quiser” é desnecessária, pois não há alteração no sentido do texto sem ela.
- (C) a vírgula deveria ser substituída por ponto e vírgula para separar as orações de forma mais adequada.
- (D) a vírgula após “quiser” compromete a fluidez da frase e deveria ser eliminada.
- (E) o texto apresenta erro de pontuação, pois a vírgula deveria estar antes de “se você quiser”.

12

“A leitura, fundamental para o desenvolvimento intelectual, deve ser estimulada desde cedo.” Com base no uso da pontuação no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) as vírgulas que isolam “fundamental para o desenvolvimento intelectual” são dispensáveis, pois não afetam a clareza do texto.
- (B) as vírgulas que isolam “fundamental para o desenvolvimento intelectual” estão corretamente empregadas, pois destacam um aposto explicativo.
- (C) o uso das vírgulas compromete a fluidez da frase, sendo preferível omiti-las para maior clareza.
- (D) a vírgula após “intelectual” deveria ser substituída por ponto e vírgula, pois marca uma pausa longa no enunciado.
- (E) a ausência de vírgulas no trecho “fundamental para o desenvolvimento intelectual” manteria o texto gramaticalmente correto.

13

“Na biblioteca, encontraram os estudantes livros raros e preciosos.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a frase apresenta ordem direta, pois segue a sequência natural: sujeito, verbo e complementos.
- (B) a inversão dos termos “os estudantes” e “livros raros” não comprometeria a clareza do texto.
- (C) a ordem direta foi mantida no texto, pois a locução adverbial “Na biblioteca” não altera a estrutura original da frase.
- (D) a frase apresenta ordem inversa, pois a locução adverbial “Na biblioteca” foi deslocada para o início da oração.
- (E) a inversão dos elementos “Na biblioteca” e “os estudantes” comprometeria o foco semântico do texto.

14

“Os professores corrigiram as provas com muito cuidado.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) “os professores” exerce a função de objeto direto da oração.
- (B) “as provas” é um adjunto adnominal que complementa o sentido do verbo “corrigiram”.
- (C) “com muito cuidado” funciona como adjunto adverbial, indicando o modo como a ação foi realizada.
- (D) “corrigiram” é um verbo de ligação que conecta o sujeito a um predicativo.
- (E) “com muito cuidado” é complemento verbal que completa o sentido do verbo “corrigiram”.

15

O professor disse aos alunos: “A prática constante é essencial para o aprendizado eficiente.”

Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto utiliza o discurso indireto, pois relata as palavras do professor sem reproduzi-las literalmente.
- (B) o texto combina discurso direto e indireto, mesclando a fala literal com a narração.
- (C) o texto emprega o discurso direto, pois apresenta a fala do professor de forma literal, entre aspas.
- (D) o texto está em discurso indireto livre, fundindo narração e fala sem marcas formais de citação.
- (E) o texto utiliza o discurso narrativo, pois relata uma ação sem foco nas falas do professor.

16

“Fala aí, como foi o rolê ontem? Parece que foi top demais!” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto exemplifica o registro formal da linguagem, adequado para contextos acadêmicos e profissionais.
- (B) o texto utiliza uma linguagem técnica, focada na precisão terminológica e no rigor conceitual.

- (C) o texto apresenta registro informal, caracterizado por expressões coloquiais e marcas de oralidade.
- (D) o texto mistura registros formal e informal, criando um tom híbrido adequado a diferentes contextos.
- (E) o texto exemplifica um registro poético, com ênfase na estética e na expressividade das palavras.

17

“A modernização trouxe significativas mudanças para a sociedade contemporânea.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a palavra “modernização” é formada por justaposição, combinando dois radicais sem alteração fonética.
- (B) o termo “contemporânea” é derivado por composição, envolvendo a união de dois ou mais vocábulos independentes.
- (C) “mudanças” é um exemplo de palavra primitiva, sem a presença de afixos na sua estrutura.
- (D) a palavra “modernização” é derivada por sufixação, com o acréscimo do sufixo “-ização” ao radical “modern-”.
- (E) o termo “significativas” é composto por derivação imprópria, resultando do uso de uma palavra em classe gramatical distinta da original.

18

“Ela sempre foi extremamente cuidadosa com os detalhes do projeto.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a palavra “extremamente” é um advérbio que intensifica o adjetivo “cuidadosa”.
- (B) o termo “os” é uma preposição que estabelece relação com “detalhes”.
- (C) a palavra “cuidadosa” é um advérbio que modifica o verbo “foi”.
- (D) o termo “sempre” é um substantivo utilizado para expressar continuidade no tempo.
- (E) a palavra “projeto” é um pronome que se refere a algo já mencionado no contexto.

19

“O tempo é um mestre que ensina lições preciosas, mesmo sem dizer uma palavra.”

Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a palavra “mestre” é empregada em sentido figurado, conferindo ao “tempo” a qualidade de um professor.
- (B) o termo “preciosas” é utilizado no sentido literal, referindo-se ao valor material das lições.
- (C) a expressão “sem dizer uma palavra” sugere uma impossibilidade física do “tempo” se manifestar.
- (D) o uso de “tempo” remete exclusivamente à ideia de duração cronológica.
- (E) o texto não apresenta elementos de linguagem conotativa, sendo predominantemente objetivo.

20

“Os funcionários foram orientados a seguir à risca as normas de segurança.”

Com base no uso da crase no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o uso da crase em “à risca” está correto, pois ocorre a fusão da preposição “a”, exigida pelo verbo “seguir”, com o artigo definido feminino “a”.
- (B) o uso da crase em “à risca” é facultativo, dependendo do nível de formalidade do texto.
- (C) a ausência de crase em “à risca” comprometeria a correção gramatical e o sentido do texto.
- (D) a crase em “à risca” está incorreta, pois “risca” não exige o uso de artigo definido.
- (E) o termo “à risca” é invariável e seu uso com crase não depende de análise gramatical.

Noções de Sustentabilidade

Renato Pulz

21

Rosalinda está se interessando pela causa ambiental, pois está preocupada com os rumos que a sociedade contemporânea tomou no que diz respeito à relação com o meio ambiente. Mas ao estudar o tema ficou confusa sobre o conceito jurídico de meio ambiente trazido pela doutrina e pela legislação. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) No ordenamento jurídico nacional é adotado o conceito restritivo, sendo considerado meio ambiente, somente elementos naturais.
- (B) Segundo a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- (C) O meio ambiente do trabalho não tem nada a ver com o conceito de meio ambiente.
- (D) O conjunto de edificações particulares ou públicas, principalmente as urbanas não se enquadram nesse conceito.
- (E) Cães de raça, como um *spitz* alemão, não podem ser protegidos pela lei de crimes ambientais, pois são criados artificialmente, logo não fazem parte do conceito jurídico de meio ambiente.

22

Huguinho decidiu ser empresário do setor de construção civil, pois percebeu como o mercado imobiliário vem crescendo nas últimas décadas. Como sua família tem recursos financeiros, isso não será um impedimento para suas ambições. Porém, está preocupado com o que a ideia de desenvolvimento sustentável pode impactar em seus planos. Sobre o tema, marque a alternativa incorreta.

- (A) Desenvolvimento sustentável é um Princípio adotado pelo Direito ambiental.
- (B) O Relatório de Brundtland, um documento da ONU da década de 1980 que trouxe expressamente o conceito de desenvolvimento sustentável.
- (C) Huguinho não precisa se preocupar com questões sociais e ambientais, pois a criação de empregos e a riqueza econômica gerada são fundamentais para o crescimento das cidades.
- (D) Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.
- (E) As atividades das futuras empresas de Huguinho não poderão usufruir dos recursos naturais como se fossem inesgotáveis.

Fonte: SIRVINSKAS, Luís P. *Manual de Direito Ambiental – 20ª Edição 2022*. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.144.

23

As mudanças climáticas aumentaram em duas vezes a probabilidade de ocorrência das chuvas históricas que causaram enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul entre o final de abril e início de maio. Isso é o que aponta um novo estudo, divulgado nesta segunda-feira (03), realizado pelo World Weather Attribution (WWA), um grupo internacional de cientistas especializados em assuntos climáticos.

Fonte: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/06/03/mudancas-climaticas-chuvas-extremas-do-rio-grande-do-sul-estudo.ghtml>

O nosso ordenamento jurídico possui legislação atenta à crise climática que assola o planeta, a Lei que instituiu a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), a Lei n. 12.187/2009. Marque a alternativa em consonância com essa legislação.

- (A) São chamados de gases de efeito estufa aqueles constituintes gasosos naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha.
- (B) A referida lei instituiu a responsabilidade comum e igualitária no âmbito internacional.
- (C) São instrumentos da PNMC as medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico.

- (D) O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima é um dos instrumentos institucionais da PNMC.
- (E) Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais poderão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos desta Política Nacional sobre Mudança do Clima.

24

A notícia do jornal chama a atenção: “Florianópolis é a única cidade lixo zero do Brasil. O município estabeleceu, por decreto, prazo de 2030 para deixar de levar aos aterros de lixo 90% de toda a matéria orgânica da cidade e 60% de todo material reciclável.” (Jornal Nacional, 10/01/2025). Não há dúvida que um dos grandes problemas ambientais de nosso tempo é a alta produção e a destinação de resíduos, em especial, os sólidos. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) O Brasil, infelizmente, não tem legislação tratando do tema.
- (B) No Brasil, em função da grande preocupação com o assunto, já se recicla mais de 50% dos resíduos no país.
- (C) Coleta seletiva é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- (D) É proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, exceto de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, pois permite o seu aproveitamento pela indústria nacional.
- (E) São princípios previstos expressamente na legislação nacional, o do poluidor-pagador e do protetor-recebedor.

25

Sobre a Lei de Crimes ambientais, marque a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- (B) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente atenua a pena.
- (C) No caso de apreensão de animais silvestres, estes serão obrigatoriamente libertados em seu habitat.
- (D) O sujeito que maltrata um cavalo poderá ser preso em flagrante e ter uma pena de reclusão de até 5 anos.
- (E) Conforme o texto da lei o sujeito que coloca fogo no pasto seco não comete crime.

Noções de Direitos Humanos, Fundamentais e de Acessibilidade

Matheus Atalnio

26

Sobre a Agenda 2030 da ONU, é correto afirmar que:

- (A) a Agenda 2030 concentra-se exclusivamente na erradicação da pobreza, não abordando questões ambientais ou de igualdade de gênero.
- (B) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluem 17 objetivos e 169 metas que tratam de desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões.
- (C) a Agenda 2030 foi adotada em 2015 e tem vigência apenas até 2025.
- (D) o Brasil não possui mecanismos institucionais específicos para monitorar e implementar os ODS no âmbito nacional.
- (E) a Agenda 2030 é um tratado internacional vinculante, com sanções para os Estados que não cumprirem suas metas.

27

Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é correto afirmar que:

- (A) a DUDH possui força vinculante no ordenamento jurídico de todos os Estados membros da ONU.
- (B) a DUDH foi adotada em 10 de dezembro de 1948 e é considerada o marco inicial do moderno sistema internacional de proteção dos direitos humanos.
- (C) a DUDH limita os direitos humanos exclusivamente aos direitos civis e políticos.
- (D) o direito à educação não é contemplado pela DUDH, sendo regulado exclusivamente por tratados internacionais posteriores.
- (E) a DUDH foi criada com o objetivo de substituir as constituições nacionais dos Estados membros.

28

Sobre os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) o artigo 5º assegura os direitos fundamentais apenas aos cidadãos brasileiros, não abrangendo estrangeiros em território nacional.
- (B) a Constituição prevê expressamente a vinculação do Brasil ao Tribunal Penal Internacional e à Corte Internacional de Justiça.
- (C) a Constituição assegura o direito à inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer.
- (D) a pena de morte é permitida no Brasil para crimes hediondos cometidos em tempo de paz.
- (E) a Constituição Federal não contempla garantias específicas relacionadas ao direito à propriedade, limitando-se a direitos civis e políticos.

29

Sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que:

- (A) o Estatuto define deficiência apenas como uma condição física que reduz a capacidade motora.
- (B) a Lei estabelece que todas as edificações públicas e privadas de uso coletivo devem ser acessíveis às pessoas com deficiência.
- (C) o Estatuto da Pessoa com Deficiência não prevê punições para a discriminação contra pessoas com deficiência.
- (D) a Lei não trata do direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência.
- (E) a Lei permite a internação involuntária de pessoas com deficiência sem autorização judicial.

30

Sobre os tratados internacionais de direitos humanos e a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) a Constituição Federal de 1988 não menciona a possibilidade de tratados internacionais serem incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) todos os tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito do artigo 5º, § 3º, da CF/1988 possuem status de emenda constitucional.
- (C) todos os tratados ratificados pelo Brasil têm automaticamente status supralegal, independentemente de sua natureza.
- (D) a Convenção Americana sobre Direitos Humanos possui hierarquia de emenda constitucional, após ter sido aprovada pelo quórum qualificado previsto pelo artigo 5º, § 3º, da CF/1988.
- (E) a Constituição prevê que tratados internacionais não podem ser denunciados após sua ratificação.

Legislação Institucional – Lei Complementar n. 75/1993 e Lei n. 13.316/2016 e suas alterações Mário Elesbão

31

De acordo com Lei Complementar n. 75/1993, assinale dentre as alternativas, abaixo, o único ramo do MPU, em que o procurador-geral poderá ser reconduzido indeterminadas vezes:

- (A) MPDFT.
- (B) MPF.
- (C) MPM.
- (D) MPT.
- (E) MP Estadual.

32

Em decorrência do princípio da indivisibilidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) os membros do Ministério Público de um Estado podem exercer suas funções em outro Estado, mediante designação especial do Procurador-Geral da República.
- (B) os membros do Ministério Público de um Estado podem ser substituídos uns pelos outros, não havendo vinculação ao processo judicial do Promotor de Justiça que oficiou primeiramente.
- (C) todos os Ministérios Públicos do País submetem-se a uma só Chefia, a saber, o Procurador-Geral da República.
- (D) os membros do Ministério Público da União podem ser transferidos, a pedido ou por iniciativa da Procuradoria-Geral da República da carreira de um ramo para a de outro.
- (E) não pode existir mais de um membro do Ministério Público com idênticas atribuições.

33

O membro do Ministério Público que deixa de se manifestar em processo judicial, embora solicitado pelo juiz, por entender que o interesse envolvido na causa não justifica sua intervenção

- (A) pode ser obrigado a fazê-lo, por determinação do procurador-geral da República.
- (B) viola um dever do cargo.
- (C) age amparado por sua independência funcional.
- (D) pratica ato de improbidade.
- (E) descumpre um comando hierárquico.

Legislação Institucional – Portaria PGR/MPU n. 98/2017 e Portaria PGR/MPU n. 247/2023 Glauber Marinho

34

Conforme a PORTARIA N. 98, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017, a qual aprova o Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União, assinale a alternativa correta.

- (A) A norma se aplica exclusivamente a servidores/as efetivos/as e em exercício de cargo em comissão.
- (B) A norma se aplica exclusivamente a servidores/as efetivos/as e em exercício de cargo em comissão, com atuação no Ministério Público da União (MPU), exceto aqueles/as em exercício de atividade na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).
- (C) A norma se aplica a servidores/as efetivos/as, em exercício de cargo em comissão, bem como prestadores/as de serviços com atuação no Ministério Público da União (MPU), exceto aqueles/as em exercício de atividade na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

(D) A norma se aplica a servidores/as efetivos/as, em exercício de cargo em comissão, bem como prestadores/as de serviços com atuação no Ministério Público da União (MPU), e na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), desde que com retribuição financeira decorrentes das atividades prestadas.

(E) A norma se aplica a servidores/as efetivos/as, em exercício de cargo em comissão, bem como prestadores/as de serviços com atuação no Ministério Público da União (MPU), e na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, de forma temporária ou permanente, ainda que sem retribuição financeira.

35

A PORTARIA PGR/MPU N. 247, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023 instituiu o Programa de Integridade do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União. Considerando a norma, associe os termos primeira coluna com as descrições da segunda.

1. Programa de integridade;
2. Plano de integridade;
3. Agentes de integridade;
4. Risco para a integridade;
5. Cultura de integridade e compliance.

- () documento que organiza as atividades do Programa de Integridade, a serem adotadas em determinado período de tempo, contendo, no mínimo: a) descrição dos objetivos, prazos, metas, mapeamento e tratamento dos riscos; b) identificação e divulgação dos canais internos de comunicação; c) ações de esclarecimento, treinamento e capacitação; d) previsão da sua atualização periódica;
- () conjunto estruturado de medidas e procedimentos organizacionais destinados a assegurar a aderência dos atos aos padrões legais e de conduta, fomentando a cultura ética, a transparência, a responsabilidade e a gestão de riscos
- () membros e servidores que atuem, ainda que de forma não necessariamente exclusiva, para o assessoramento, a promoção e o aprimoramento do Plano e do Programa de Integridade do MPU;
- () ambiente de valorização da ética pública na estrutura administrativa, permitindo-se o desenvolvimento de comportamentos individuais e coletivos favoráveis ao respeito às leis e à probidade, bem como a preponderância do interesse público sobre o interesse particular.
- () vulnerabilidades que podem favorecer ou facilitar a ocorrência da prática de atos ilícitos, fraudes, corrupção, conflitos de interesses ou desvios éticos ou de conduta no âmbito do MPU;

Considerando a adequada associação entre as colunas, assinale a alternativa que contempla a sequência correta

- (A) 3, 5, 4, 1, 2.
- (B) 3, 1, 5, 2, 4.
- (C) 2, 1, 3, 5, 4.
- (D) 2, 3, 1, 4, 5.
- (E) 2, 5, 3, 1, 4.

Noções de Direito Constitucional

Rafael de Oliveira

36

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil estão previstos na Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, apenas pelo princípio da igualdade entre os Estados.
- (B) a soberania e a cidadania são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) a dignidade da pessoa humana constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (D) a erradicação da pobreza e a marginalização são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) a Constituição Federal de 1988 não prevê objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

37

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) é plena a liberdade de associação, inclusive para fins paramilitares.
- (B) a prática de tortura é admissível em casos excepcionais de segurança nacional.
- (C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, salvo para cumprimento de ordem judicial, independentemente do horário.
- (D) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (E) é vedado o anonimato, exceto em denúncias contra agentes públicos.

38

Os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 incluem:

- (A) saúde, educação, moradia e segurança pública.
- (B) transporte, moradia, segurança pública e lazer.
- (C) educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados.
- (D) saúde, trabalho, lazer, assistência social e meio ambiente equilibrado.
- (E) educação, transporte, lazer, segurança, previdência social e cultura.

39

A respeito das competências e atribuições do Poder Executivo, previstas na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. O Presidente da República pode delegar a atribuição de sancionar e promulgar leis a qualquer Ministro de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

II. Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, mas sua aprovação depende de referendo do Congresso Nacional.

III. No exercício de suas atribuições, o Presidente da República pode editar medidas provisórias com força de lei em caso de relevância e urgência, desde que não versem sobre nacionalidade, cidadania, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e processual civil.

IV. A nomeação e a exoneração de ministros de Estado são de competência privativa do Presidente da República e não estão sujeitas à apreciação pelo Senado Federal.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

40

A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

- (A) o Distrito Federal não pode ser dividido em municípios.
- (B) os estados podem, por iniciativa própria, criar territórios federais.
- (C) os territórios federais possuem autonomia política semelhante à dos estados.
- (D) os municípios não possuem competência legislativa própria.
- (E) a União é soberana e os Estados são autônomos.

41

Quanto aos princípios constitucionais da administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os princípios da legalidade, moralidade e eficiência são exclusivos para servidores concursados.
- (B) A publicidade dos atos administrativos pode ser restringida apenas por decisão administrativa.
- (C) A impessoalidade implica que o administrador público deve atuar visando ao interesse público, sem favorecimentos.
- (D) O princípio da eficiência não é expresso na Constituição Federal de 1988.
- (E) A Constituição proíbe qualquer discricionariedade na atuação do administrador público.

42

Com relação às competências do Congresso Nacional, é correto afirmar:

- (A) a Câmara dos Deputados tem a função exclusiva de processar e julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade.
- (B) o Senado Federal é responsável por autorizar operações financeiras externas, desde que aprovadas pelo Presidente da República.
- (C) cabe ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- (D) o Congresso Nacional possui competência exclusiva para aprovar tratados internacionais.
- (E) o Congresso Nacional não pode delegar funções legislativas ao Presidente da República.

43

Quanto às competências do Presidente da República, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- (A) compete privativamente ao Presidente editar medidas provisórias, independentemente de relevância ou urgência.
- (B) o Presidente pode conceder indulto e comutar penas sem necessidade de lei específica.
- (C) cabe ao Presidente declarar guerra, após aprovação direta do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o Presidente pode dispor, por decreto, sobre a criação de tributos federais.
- (E) compete privativamente ao Presidente julgar membros do Poder Legislativo por crime de responsabilidade.

44

A respeito da previdência social, conforme as disposições constitucionais, é correto afirmar:

- (A) a previdência social abrange apenas os trabalhadores com vínculo empregatício formal.
- (B) a previdência social organiza-se sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e obrigatório.
- (C) os segurados especiais são excluídos do regime geral da previdência social.
- (D) não há previsão de assistência previdenciária para trabalhadores autônomos.
- (E) a Constituição exclui o caráter de universalidade da cobertura previdenciária.

45

No que concerne às funções essenciais à justiça, é correto afirmar:

- (A) o Ministério Público é vinculado ao Poder Executivo.
- (B) a Defensoria Pública é órgão do Poder Legislativo, com atuação restrita a casos de interesse público.

- (C) a Advocacia Pública e a Advocacia Privada possuem as mesmas prerrogativas constitucionais.
- (D) a Advocacia-Geral da União é responsável pela defesa judicial e extrajudicial da União.
- (E) a Constituição Federal não prevê autonomia funcional para o Ministério Público.

Teoria Geral do Processo

Rafael de Oliveira

46

Os princípios constitucionais processuais são fundamentais para garantir a adequada prestação jurisdicional. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O contraditório é garantido apenas às partes do processo civil, não sendo aplicável ao processo penal.
- (B) O princípio da ampla defesa inclui o direito ao uso de meios lícitos e adequados para provar alegações.
- (C) O princípio da celeridade processual autoriza o juiz a proferir decisão sem assegurar o contraditório.
- (D) A publicidade dos atos processuais é irrestrita, não admitindo exceções.
- (E) O devido processo legal é aplicável apenas ao processo judicial e não aos processos administrativos.

47

Sobre a jurisdição, assinale a alternativa correta.

- (A) A jurisdição é uma função estatal que se exerce exclusivamente no âmbito penal.
- (B) A jurisdição voluntária é exercida pelo juiz para resolver conflitos entre partes adversas.
- (C) A jurisdição pode ser classificada em comum e especial, sendo a comum dividida em federal e estadual.
- (D) A jurisdição é ilimitada, podendo o juiz atuar fora do território nacional, desde que autorizado por lei interna.
- (E) Os poderes jurisdicionais do juiz não incluem a execução de suas próprias decisões.

48

A respeito da ação e seus pressupostos processuais, é correto afirmar que:

- (A) a falta de legitimidade de uma das partes impede a análise do mérito e é considerada um pressuposto processual.
- (B) o interesse de agir é um requisito apenas para ações que envolvem tutela provisória.
- (C) a capacidade processual das partes não é um pressuposto processual essencial.
- (D) o direito de ação é condicionado à demonstração prévia de sucesso no mérito.
- (E) a presença de um advogado constituído pela parte é dispensável nos processos judiciais.

49

A competência no processo pode ser fixada com base em diversos critérios.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência absoluta pode ser prorrogada por convenção entre as partes.
- (B) A competência territorial é regra de competência absoluta.
- (C) A competência da Justiça Federal inclui causas entre Estados e Municípios.
- (D) A competência dos Juizados Especiais Federais é definida pelo valor da causa, limitado a 60 salários mínimos.
- (E) O foro de eleição escolhido pelas partes é ineficaz em todos os casos.

50

Sobre os métodos alternativos de solução de conflitos, analise as afirmativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A mediação é um método em que um terceiro decide o conflito em favor de uma das partes.
- (B) A arbitragem só pode ser utilizada em questões de direito público.
- (C) A conciliação é indicada para casos em que há vínculo entre as partes, como nas relações familiares.
- (D) A mediação busca restaurar o diálogo entre as partes, sendo utilizada em conflitos de longa duração.
- (E) A sentença arbitral pode ser revista pelo Poder Judiciário, ainda que não haja previsão legal.

Direito Penal

Pâmella Tayná

51

No que diz respeito à Lei Antirracismo (Lei n. 7.716/1989), assinale a afirmativa correta.

- (A) A pena do crime de injúria religiosa será aumentada da metade se for cometido em concurso de pessoas.
- (B) A perda do cargo ou da função pública é efeito automático da condenação por crime de discriminação.
- (C) Ofensas em contexto de descontração, diversão ou recreação não são penalmente típicas por ausência do dolo ofensivo.
- (D) As condutas homofóbicas e transfóbicas não são alcançadas pela Lei n. 7.716/1989.
- (E) Tanto a injúria racial quanto o racismo são imprescritíveis.

52

Leôncio, Policial Civil do Estado Gama, decretou medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.

Considerando os delitos de abuso de autoridade previstos na Lei n. 13.869/2019, é correto afirmar que Leôncio:

- (A) não pode ser sujeito ativo do delito, pois não é membro do Poder Judiciário.
- (B) poderá ser sujeito ativo do crime, mas sua condenação dependerá da demonstração do dolo e da finalidade específica de prejudicar ou beneficiar alguém.
- (C) não responderá por nenhum delito, tendo em vista que ordem manifestamente descabida sequer é considerada.
- (D) poderá ser punido pelo delito de abuso de autoridade, ainda que a conduta tenha sido culposa.
- (E) será denunciado pelo delito se houver representação da vítima.

53

Conrad, alemão, lesiona, dolosamente, Madonna, cidadã italiana, quando estavam a bordo de um navio a serviço do governo brasileiro quando ainda estavam ancorados em um porto chileno. De acordo com o Código Penal Brasileiro, a legislação aplicável ao caso é a:

- (A) alemã, tendo em vista que o autor do delito é um cidadão alemão.
- (B) italiana, em razão da nacionalidade da vítima.
- (C) brasileira, pois o navio é considerado território brasileiro por extensão.
- (D) chilena, uma vez que o delito fora praticado sob sua jurisdição.
- (E) a lei mais favorável à Conrad, autor do delito.

54

No que se refere à imputabilidade penal, é correto afirmar que:

- (A) deve ser aferida no momento da aplicação da pena.
- (B) o Código Penal adota, como critério para identificação da imputabilidade, o psicológico.
- (C) o menor de idade é considerado imputável, ainda que a superveniência da maioridade penal ocorra no curso da conduta criminosa.
- (D) a imputabilidade causada pela incapacidade de entender o caráter ilícito do fato pode ser determinada tanto por problemas de origem psicológica quanto de origem toxicológica.
- (E) as pessoas com deficiência são consideradas imputáveis.

55

Pablo, nascido em 20/12/2004, foi denunciado e condenado por delito praticado em 08/05/2022, a uma pena de dois anos de reclusão. A defesa apresentou recurso requerendo a absolvição de Pablo. O Ministério Público não apresentou recurso, tendo ocorrido o trânsito em julgado para a acusação. Nessa situação, acerca da prescrição da pretensão executória, é correto afirmar que:

- (A) o termo inicial da prescrição se dá com o trânsito em julgado para a acusação.
- (B) se Pablo for reincidente, o prazo prescricional aumenta-se pela metade.
- (C) a prescrição da pretensão executória começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para ambas as partes.
- (D) no caso de Pablo evadir-se, a prescrição será interrompida e o reinício do prazo se dá com o reaparecimento do apenado.
- (E) o prazo prescricional será reduzido da terça parte em razão de Pablo ser, ao tempo do crime, menor de 21 anos.

56

Duda e Maria planejaram e executaram juntas a subtração de bem móvel da prefeitura do município Alfa. Duda era servidora pública da prefeitura e, por isso, tinha acesso às instalações do órgão, mas não tinha a posse do bem subtraído, então pediu para Maria ficar do lado de fora da sala monitorando a área. Maria, embora não fosse servidora pública da prefeitura, sabia da condição de Duda.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos legais a ela pertinentes, assinale a opção correta.

- (A) Maria responderá por furto e Duda por peculato simples.
- (B) Duda e Maria responderão pelo delito de peculato-furto.
- (C) A participação de Maria foi de menor importância, logo, a pena do crime será diminuída de um sexto a um terço.
- (D) Como a condição pessoal de funcionária pública não é comunicável, Maria não responde pelo delito em concurso com Duda.
- (E) A condição de funcionária pública que Duda ostenta indica a autoria mediata.

57

Caio, inconformado com as autuações que seu estabelecimento recebera por descumprimento das regras de segurança alimentar, protocolou, anonimamente, junto à ouvidoria de seu estado, reclamações inverídicas em desfavor de Júnior, servidor responsável pela autuação de seu estabelecimento, o que acarretou a instauração de processo administrativo disciplinar por suposto cometimento de infração ético-disciplinar.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio,

- (A) não responderá por qualquer crime, já que todo cidadão tem direito de acionar os mecanismos de controle do Estado.
- (B) responderá pelo crime de comunicação falsa de crime ou contravenção.
- (C) responderá pelo crime de denúncia caluniosa de forma majorada.
- (D) responderá pelo crime de falso testemunho.
- (E) responderá pelo crime de denúncia caluniosa simples.

58

Mário vende mercadorias de procedência internacional e, em razão do esgotamento de seus estoques, resolve fazer suas compras no Paraguai e, ao retornar ao país, por meio de transporte aéreo, iludiu o pagamento dos impostos devidos pela entrada das mercadorias.

Acerca do delito citado, é correto afirmar que:

- (A) a prática do crime de descaminho pressupõe mercadoria ilícita.
- (B) há crime somente quando a ilusão do pagamento de imposto devido pela entrada, mas não pela saída da mercadoria do país.
- (C) a constituição do delito pressupõe a existência de procedimento administrativo fiscal.
- (D) em razão do bem jurídico tutelado, não incide o princípio da insignificância.
- (E) a pena será aplicada em dobro quando o descaminho for praticado em transporte aéreo regular ou clandestino.

59

Cássio, detentor de mandato popular, solicita o pagamento de mensalidade, a ser depositada em sua conta pessoal, de cada morador do município que necessite de tratamento de saúde considerado de alto custo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) Cássio responderá por corrupção passiva com aumento de pena pelo fato de ser detentor de mandato eletivo.

- (B) Cássio responderá por corrupção passiva simples, a menos que reste comprovado que exerce cargo de efetiva imposição hierárquica.
- (C) Cássio responderá por concussão, tendo a pena aumentada da terça parte pelo fato de ser detentor de mandato eletivo.
- (D) o simples fato de Cássio exercer mandato popular autoriza a incidência de causa de aumento de pena em razão da maior reprovabilidade da conduta.
- (E) a conduta é atípica.

60

Com relação às espécies de pena, a aplicação da pena e as medidas de segurança, assinale a alternativa a seguir.

- I – A incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- II – De acordo com o Código Penal, a prestação pecuniária, perda de bens e valores, a limitação de fim de semana e a prisão domiciliar são penas restritivas de direito.
- III – A pena de multa deverá ser executada no perante o juízo da Fazenda Pública.

Assinale:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Administrativo

Maria Júlia Inácio

61

A **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos** estabelece normas gerais para a realização de contratações no âmbito da administração pública. Considerando as disposições preliminares da Lei n. 14.133/2021, analise a assertiva correta.

- (A) A nova lei tem abrangência restrita à administração direta e às autarquias e fundações públicas da União, estados, municípios e Distrito Federal, excluindo expressamente órgãos do Poder Legislativo e Judiciário no desempenho de função administrativa.
- (B) As empresas públicas e sociedades de economia mista continuam a ser reguladas exclusivamente pela Lei n. 8.666/1993, não estando sujeitas à nova legislação.
- (C) Os contratos firmados com recursos oriundos de organismos financeiros internacionais podem seguir normas próprias, desde que sejam compatíveis com os princípios constitucionais em vigor e aprovados pelo Congresso Nacional.

- (D) O Banco Central do Brasil não possui competência para disciplinar contratações relacionadas à gestão das reservas internacionais do país, devendo seguir integralmente as diretrizes da Lei n. 14.133/2021.
- (E) A aplicação da nova lei não abrange alienações e concessões de direito real de uso de bens públicos, estando essas operações reguladas por legislação específica.

62

A Nova Lei de Licitações e Contratos define diferentes **princípios aplicáveis** às licitações. Dentre eles, encontra-se o princípio da **segregação de funções**, que significa:

- (A) a necessidade de que cada etapa do processo licitatório seja conduzida pelo mesmo agente público, assegurando a continuidade administrativa.
- (B) a obrigatoriedade de que todas as decisões administrativas sejam submetidas previamente ao crivo de uma comissão de contratação.
- (C) a vedação à participação de agentes públicos em mais de uma fase do processo licitatório, garantindo imparcialidade absoluta na seleção do fornecedor.
- (D) a exigência de que as funções de planejamento, execução e fiscalização dos contratos sejam exercidas por **agentes distintos**, reduzindo riscos de conflitos de interesse e corrupção.
- (E) a imposição de que as contratações sejam realizadas com a maior transparência possível, garantindo que todas as informações sejam amplamente divulgadas nos diários oficiais.

63

A estabilidade do servidor público é um instituto essencial à administração pública e encontra-se disciplinada na Lei n. 8.112/1990. Com relação a esse instituto, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- (A) A estabilidade é adquirida imediatamente após a aprovação em concurso público e a posse no cargo efetivo, garantindo a permanência do servidor na administração pública.
- (B) A avaliação especial de desempenho, realizada durante o estágio probatório, pode ser dispensada caso o servidor já tenha exercido funções públicas anteriormente.
- (C) O servidor estável pode ser demitido por decisão unilateral da administração, sem a necessidade de processo administrativo disciplinar.
- (D) A perda do cargo por insuficiência de desempenho deve ser precedida de **avaliação periódica**, na forma de lei específica, assegurada a ampla defesa.
- (E) A estabilidade no serviço público garante ao servidor o direito à vitaliciedade, tornando sua exoneração impossível em qualquer hipótese.

64

Com base nas disposições da Lei n. 8.112/1990 sobre acumulação de cargos, analise as alternativas e marque a opção correta.

- (A) O servidor público pode acumular até três cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários e que os cargos sejam de áreas correlatas.
- (B) A acumulação de cargos é permitida apenas para professores, independentemente de compatibilidade de horários.
- (C) Servidores ocupantes de cargo técnico ou científico podem acumular um segundo cargo de professor, desde que haja compatibilidade de horários.
- (D) A acumulação de dois cargos privativos de profissionais da saúde é permitida apenas para médicos, vedando-se a outras áreas da saúde.
- (E) O servidor que acumula lícitamente dois cargos públicos não poderá receber remuneração integral se em ambos os casos ultrapasse a limitação constitucional.

65

Sobre a improbidade administrativa e as penalidades previstas na legislação atualizada, assinale a alternativa correta.

- (A) O dolo genérico é suficiente para a configuração de atos de improbidade que causem dano ao erário.
- (B) A aplicação da penalidade de suspensão dos direitos políticos independe da comprovação do elemento subjetivo.
- (C) O Ministério Público não pode firmar acordos de não persecução em casos de improbidade administrativa.
- (D) A responsabilização por improbidade administrativa exige a comprovação de dolo específico.
- (E) A pena de perda da função pública aplica-se apenas a servidores ocupantes de cargos efetivos.

66

No que diz respeito aos entes administrativos e sua classificação dentro da administração pública, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- (A) As fundações públicas possuem apenas personalidade jurídica de direito privado, podendo ser criadas livremente pelo administrador.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são exemplos de entidades que compõem a administração direta.
- (C) As autarquias podem ser extintas por ato do chefe do Poder Executivo, independentemente de previsão legal específica.
- (D) As entidades da administração indireta possuem autonomia, mas se submetem ao controle finalístico do ente federativo instituidor.
- (E) As organizações sociais são integrantes da administração pública indireta e possuem personalidade jurídica de direito público.

67

O artigo 175 da Constituição Federal dispõe que a prestação de serviços públicos é de titularidade do Estado, podendo ser realizada diretamente ou por meio de delegação a particulares. Essa delegação pode ocorrer por outorga ou por concessão/permissão, conforme regulamentado por lei específica.

Diante desse cenário, assinale a alternativa que melhor diferencia **outorga** e **delegação** de serviços públicos.

- (A) A outorga ocorre por meio de lei, transferindo tanto a titularidade quanto a execução do serviço a uma entidade da administração indireta, enquanto a delegação é formalizada por contrato ou ato administrativo, transferindo apenas a execução a particulares.
- (B) A delegação é um instituto exclusivo do direito privado, aplicável apenas quando o serviço público é explorado economicamente, ao passo que a outorga ocorre quando há interesse público essencial na prestação do serviço.
- (C) Na outorga, o ente estatal mantém controle operacional sobre a prestação do serviço, ao passo que na delegação o particular assume a titularidade plena, podendo modificar unilateralmente as regras de prestação.
- (D) A concessão e a permissão de serviços públicos são modalidades de outorga, pois transferem a titularidade do serviço ao particular, permitindo que este o explore economicamente.
- (E) Os serviços públicos concedidos ou permitidos não podem ser retomados pelo Estado, pois a delegação confere ao particular um direito adquirido à continuidade da prestação.

68

Os atos administrativos, uma vez praticados, podem **ser extintos, modificados ou mantidos**, conforme sua validade e eficácia. A revogação e a anulação são instrumentos jurídicos utilizados pela administração para cessar os efeitos de determinados atos, mas **seguem critérios distintos**.

Com base nessa distinção, assinale a alternativa correta:

- (A) A revogação de um ato administrativo ocorre quando há um vício de legalidade, tornando-o inválido e insuscetível de produzir efeitos.
- (B) Atos administrativos nulos podem ser convalidados pela administração pública, desde que o vício não afete seu conteúdo essencial.
- (C) Um ato vinculado pode ser revogado se a administração entender que não é mais conveniente sua manutenção.
- (D) A anulação de um ato administrativo pode ser realizada tanto pela própria Administração quanto pelo Poder Judiciário.
- (E) A revogação de um ato administrativo retroage para desconstituir todos os seus efeitos desde sua edição.

69

O **poder de polícia** é uma das expressões mais emblemáticas da supremacia do interesse público sobre o privado. Seu exercício permite à administração **limitar e condicionar** direitos individuais, sempre em nome do bem-estar coletivo. Ele pode se manifestar de forma **preventiva ou repressiva** e pode ser **originário ou delegado**, dependendo de quem exerce a competência estatal. Diante dessa realidade, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) O poder de polícia é essencialmente vinculado, pois sua atuação se restringe a cumprir a legislação existente, não havendo margem para discricionariedade por parte da Administração.
- (B) A administração pode delegar todas as fases do poder de polícia às entidades privadas, inclusive a aplicação de sanções, desde que haja previsão legal expressa.
- (C) A polícia administrativa tem caráter preventivo e incide sobre bens, direitos e atividades, enquanto a polícia judiciária tem caráter repressivo e incide sobre pessoas que cometeram ilícitos penais.
- (D) A delegação do poder de polícia para entes da administração indireta não tem restrições, podendo ser feita para entidades tanto de direito público quanto de direito privado, desde que a legislação expressamente autorize.
- (E) A competência para o exercício do poder de polícia é sempre exclusiva do ente federativo que tem competência legislativa sobre a matéria, sem possibilidade de compartilhamento com outros entes da federação.

70

O princípio da publicidade impõe à administração pública o **dever de transparência**, permitindo o **acesso amplo aos atos administrativos** por parte dos cidadãos. Ele viabiliza o **controle social** sobre os gestores públicos e **assegura a eficiência da administração**. Contudo, existem situações excepcionais em que o sigilo se justifica, seja para **proteger a intimidade dos administrados**, a **segurança do Estado** ou a **continuidade da prestação de serviços essenciais**.

Com base nesse princípio, assinale a alternativa correta.

- (A) A publicidade dos atos administrativos constitui uma exigência absoluta, não admitindo qualquer tipo de restrição sob pena de nulidade do ato.
- (B) O princípio da publicidade impõe a obrigatoriedade de publicação oficial de todos os atos administrativos, independentemente de sua natureza e destinatário.
- (C) A Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) ampliou as hipóteses de transparência administrativa, impondo a divulgação ativa de dados públicos, salvo em casos de sigilo expressamente justificado.

- (D) A divulgação de atos administrativos é meramente facultativa e depende do juízo discricionário do gestor público quanto à conveniência e oportunidade da publicação.
- (E) A ausência de publicidade formal do ato administrativo sempre resulta em sua nulidade absoluta, independentemente de seus efeitos práticos e destinatários.

Administração Pública

Bruno Eduardo

71

Uma secretaria estadual está enfrentando desafios relacionados à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população. Para solucionar esse problema, o gestor público foi instruído a implementar medidas que promovam a eficiência, a eficácia e a efetividade nas ações realizadas. Com base nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade na administração pública, assinale a alternativa que descreve corretamente essas dimensões.

- (A) A eficiência é alcançada ao utilizar os recursos disponíveis para atingir os objetivos com a menor quantidade de insumos possível.
- (B) A eficácia se refere ao impacto gerado pelas ações governamentais na melhoria das condições de vida da população.
- (C) A efetividade está relacionada ao cumprimento das metas organizacionais, independentemente de seus resultados para a sociedade.
- (D) A eficiência avalia o impacto social das políticas públicas implementadas.
- (E) A eficácia e a efetividade possuem o mesmo significado e tratam apenas do uso racional dos recursos públicos.

72

Uma organização pública decidiu revisar seu processo decisório, adotando técnicas de apoio à decisão para melhorar a qualidade das escolhas realizadas. O objetivo é aumentar a racionalidade e reduzir os riscos associados às decisões estratégicas. Com base no processo decisório, assinale a alternativa que apresenta uma técnica de apoio que auxilia na tomada de decisões estratégicas.

- (A) Utilizar heurísticas para simplificar a análise de opções e acelerar a tomada de decisão.
- (B) Basear-se exclusivamente na intuição dos gestores para decisões complexas e de longo prazo.
- (C) Priorizar decisões de curto prazo, pois são menos arriscadas que as de longo prazo.
- (D) Aplicar a matriz SWOT para avaliar o ambiente interno e externo, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.
- (E) Centralizar o processo decisório na alta gestão, eliminando a participação de especialistas técnicos.

73

Uma prefeitura pretende reestruturar sua organização para melhorar o fluxo de trabalho e aumentar a eficiência dos serviços prestados. O gestor foi encarregado de escolher o modelo de estrutura organizacional mais adequado para atender às demandas da população. Com base nos princípios de organização, assinale a alternativa que descreve corretamente um tipo de estrutura organizacional.

- (A) A estrutura funcional é ideal para organizações que demandam alta integração entre diferentes áreas de conhecimento.
- (B) A estrutura matricial combina as vantagens da departamentalização funcional e por projetos, promovendo flexibilidade e eficiência.
- (C) A estrutura por produto é mais indicada para organizações públicas que atendem demandas generalistas e pouco específicas.
- (D) A estrutura hierárquica é preferível para organizações que desejam priorizar a descentralização e a autonomia decisória.
- (E) A estrutura em rede elimina completamente a necessidade de coordenação entre os diferentes setores da organização.

74

Uma instituição pública está implementando a gestão por competências para melhorar a alocação de talentos e otimizar o desempenho organizacional. Durante o processo, foi necessário identificar e desenvolver competências organizacionais, coletivas e individuais. Com base nos fundamentos da gestão por competências, assinale a alternativa que melhor descreve uma prática eficaz nesse contexto.

- (A) Avaliar competências exclusivamente com base no desempenho técnico dos colaboradores, desconsiderando aspectos comportamentais.
- (B) Priorizar o desenvolvimento de competências coletivas em detrimento das competências individuais.
- (C) Utilizar um único modelo de competências para todas as áreas, independentemente de suas especificidades.
- (D) Reestruturar a equipe sem realizar diagnóstico prévio das lacunas de competências.
- (E) Realizar mapeamento de competências alinhado aos objetivos estratégicos da organização.

75

Um tribunal está desenvolvendo um plano de transformação digital, incluindo tecnologias como inteligência artificial e blockchain, para otimizar processos e melhorar a prestação de serviços judiciais. Com base nas inovações tecnológicas no sistema judiciário, assinale a alternativa que apresenta uma prática correta de aplicação dessas tecnologias.

- (A) Utilizar inteligência artificial para substituir totalmente a análise jurídica realizada por juízes.
- (B) Priorizar a automação apenas para processos administrativos, sem incluir os judiciais.
- (C) Implementar *blockchain* para garantir a segurança e a rastreabilidade de documentos judiciais.
- (D) Adotar a ciência de dados exclusivamente para monitorar a produtividade de servidores, sem aplicar em análises processuais.
- (E) Limitar a aplicação de tecnologias emergentes para evitar mudanças significativas na rotina do tribunal.

Administração Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

76

Sobre os instrumentos de planejamento e orçamento público no Brasil, o anexo de metas fiscais, com metas anuais relativas a receitas, despesas, resultado nominal, primário e montante da dívida pública, constará do

- (A) projeto de lei orçamentária anual, para o exercício que se refere e o seguinte.
- (B) projeto de lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício que se refere e os dois seguintes.
- (C) projeto de lei do plano plurianual, para o exercício que se refere e o seguinte.
- (D) projeto de lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício que se refere e o seguinte.
- (E) projeto de lei orçamentária anual, para o exercício que se refere e os dois seguintes.

77

Em atualizações recentes, a Constituição definiu regramentos para viabilizar a aprovação e execução de emendas parlamentares impositivas.

Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) As emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal serão aprovadas no montante de até 2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- (B) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto.

- (C) Para o cálculo dos limites da despesa com pessoal, os recursos transferidos por meio de emendas parlamentares impositivas individuais não integrarão a receita do ente federativo subnacional recebedor.
- (D) A única modalidade disponível para a alocação de recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas individuais é a transferência especial.
- (E) Ainda que sob o risco de não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida pela lei de diretrizes orçamentárias, a execução dos valores oriundos das emendas impositivas parlamentares não poderá ser reduzida.

78

Anteriormente, existia um debate sobre a natureza jurídica da lei orçamentária, no sentido de possuir caráter vinculante ou discricionário. A partir de recentes reformas na Constituição, esse debate foi dirimido, com o surgimento do princípio orçamentário do(a)

- (A) anualidade.
- (B) exclusividade.
- (C) transparência.
- (D) universalidade.
- (E) orçamento impositivo.

79

Os estágios de execução da receita e da despesa pública seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos. Na análise desses estágios de execução, deve ser considerado que

- (A) o lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- (B) o pagamento de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de liquidação pendente ou não de implemento de condição.
- (C) o empenho da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- (D) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele lançadas.
- (E) é permitido o empenho estimativo de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

80

Com relação à dívida pública, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O refinanciamento da dívida mobiliária é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- (B) As operações de crédito com prazo inferior a 12 meses que tenham constado do orçamento pertencem à dívida pública consolidada.

- (C) Em caso de excesso do limite da dívida consolidada, vencido o prazo de retorno ao limite, o ente ficará impedido de receber transferências voluntárias da União, enquanto perdurar o excesso.
- (D) Caso o ente público ultrapasse o seu limite de dívida consolidada ao final de um quadrimestre, o excedente deve ser reduzido em pelo menos 15% no primeiro.
- (E) Para fins de aplicação dos limites, integram a dívida pública consolidada os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Redação Discursiva

Letícia Bastos

A organização e a eficiência são pilares fundamentais para o bom funcionamento de qualquer instituição, pública ou privada. No âmbito da administração pública, a gestão eficiente dos recursos, processos e pessoas é essencial para garantir a prestação de serviços de qualidade à sociedade. No entanto, práticas ineficazes, como a burocracia excessiva e a falta de planejamento, ainda comprometem a eficiência administrativa no Brasil.

Como você avalia a importância da eficiência administrativa para o setor público? Quais medidas poderiam ser implementadas para aprimorar a gestão pública no Brasil?

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



1º Simulado
MPU – Cargo: T01 –
Técnico do MPU – Administração (Pós-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva